

Constituintes discutem nove horas e meia para aprovar o preâmbulo

BRASÍLIA — Foi necessário um total de nove horas e 30 minutos, em duas sessões, para que a Comissão de Sistematização aprovasse o preâmbulo do segundo substitutivo do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), mantendo a expressão "sob a proteção de Deus" e acolhendo, por unanimidade, uma emenda do Deputado José Genoíno (PT-SP), que incluiu a possibilidade de participação popular direta no exercício do poder. Este foi o único dos 18 destaques apresentados a ser aprovado.

A primeira sessão de votação, iniciada por volta das 20 horas de quinta-feira, terminou às três da madrugada de ontem. A segunda iria das 15 às 16h30min. Mas a maior parte do tempo foi gasto em questões regimentais. O passo inicial para a aprovação aconteceu às 23 horas de quinta-feira: os constituintes rejeitaram o pedido do Líder do PCdoB, Deputado Haroldo de Lima (BA), para que fosse dada preferência ao exame do primeiro substitutivo de Cabral. Por 71 votos a 18, o plenário manteve a preferência para o último substitutivo, ressaltando os destaques.



Fogaça, Vivaldo (de branco) e Brandão, que preside a Mesa, de madrugada

Teve início, então, um conflito de sobre o regimento que se estendeu por mais algumas horas. A Mesa considerou que, tecnicamente, as emendas estavam prejudicadas pois se referiam ao primeiro substitutivo, rejeitado. Já passava de uma hora da

madrugada, quando recuou e submeteu os destaques à votação.

A discussão em torno da expressão "sob a proteção de Deus" foi a que mais absorveu o tempo dos constituintes. O Vice-Líder do PT, Deputado José Genoíno (SP), apresentou

um pedido de destaque para retirá-lo do texto argumentando que, numa sociedade pluralista, os ateus deveriam ser considerados.

Ao final, a referência a Deus permaneceu. A supressão foi rejeitada quase unanimemente, por 69 votos a um. O único voto contra foi o do Líder do PCdoB, Haroldo Lima. O Líder do PCB, Deputado Roberto Freire (PE), votou pela inclusão na perspectiva de modernidade do mundo socialista e em respeito ao sentimento de religiosidade da sociedade brasileira. O autor da proposta, José Genoíno, não pôde votar, por ser suplente na Comissão.

O Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique (SP), votou contra a supressão e não escapou de brincadeiras. Pimenta da Veiga (PMDB-MG) e Miro Teixeira (PMDB-RJ), afagaram-lhe as costas e comentaram: "Aprende, não é?". Na campanha para Prefeito de São Paulo, que perdeu para Jânio Quadros, pesquisas indicaram que Fernando Henrique começara a cair na preferência popular ao afirmar-se ateu.

Regimento quase impede votação de destaques

BRASÍLIA — Um conflito regimental quase impede a votação dos destaques do preâmbulo da nova Constituição. Quando a Comissão rejeitou na noite de quinta-feira a preferência para o primeiro substitutivo, a Mesa, presidida pelo Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), decidiu que todos os destaques estavam prejudicados, pois não há emendas ao novo texto do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), somente ao anterior. Arinos, Cabral e o primeiro Vice, Aloisio Campos (PMDB-PB), deixaram a sala.

O segundo Vice, Deputado Brandão Monteiro (RJ), Líder do PDT, e o Senador José Fogaça (PMDB-RS), assumiram os lugares do Presidente e do Relator e fizeram, na madrugada de ontem, um acordo com as Lideranças que permitiu o prosseguimento da sessão e a discussão das emendas. Mantida a decisão anterior, seria preciso, a cada votação,

rejeitar o segundo texto — sempre com um mínimo de 47 votos —, para emendar o primeiro.

Após muita discussão, Brandão suspendeu a sessão e reuniu as Lideranças. Em 20 minutos, chegaram a um acordo. Reaberta a sessão, por volta de uma hora, ele anunciou que a Mesa examinaria os destaques:

— A mesa entendeu que a solução tem que ser política e vai manter os destaques e votá-los.

Na tarde de ontem, Afonso Arinos comunicou ao plenário o processo a ser adotado:

■ Votação de títulos ou capítulos do segundo substitutivo, ressaltados emendas e destaques;

■ Votação em separado dos destaques de dispositivos do segundo substitutivo;

■ Votação em blocos das emendas, ressaltados os destaques;

■ Votação das emendas destacadas.

As emendas serão votadas sempre nesta ordem: supressivas, substitutivas, modificativas e aditivas.

Arinos esclareceu também que os requerimentos de preferência só poderão ser aceitos se forem referentes a títulos ou capítulos do projeto de Constituição, primeiro substitutivo ou emendas substitutivas integrais, que hajam sido destacados nos termos regimentais. Os requerimentos de preferência para inverter a pauta serão votados em primeiro lugar.

Por sugestão do Deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) ficam prejudicados os destaques cujos autores não comparecerem ou designarem membro da Comissão para representá-los. Em consequência, não foi votada emenda do Deputado Victor Faccioni (PDS-RS), com um novo preâmbulo.

Amato quer a manutenção do presidencialismo

MARÍLIA, SP — O Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, disse ontem que o Brasil precisa evitar um impasse constitucional, por causa das dificuldades políticas que vêm surgindo. Para Amato, a Constituinte tem que manter o presidencialismo, para evitar o agravamento dos conflitos.

— Cada vez que o Brasil entra em convulsão, que tem problemas políticos e econômicos, se quer mudar as regras do jogo. Acho que este não é o momento certo. O povo apoiou o atual Governo, pois confiava em eleições presidenciais diretas depois da fase de transição. O que a sociedade quer hoje da Constituinte é o estabelecimento de regras para o desenvolvimento do Brasil, e não programas para mudar o sistema político. Com essas discussões, o atual Governo corre sérios riscos. Isso está perturbando muito — disse.

Segundo o Presidente da Fiesp, o empresariado de um modo geral, e ele, em particular, defende a manutenção do presidencialismo.

— Sou presidencialista. Mudar a regra do jogo agora seria inconveniente, desastroso e desaconselhável. Temos que evitar impasses. Hoje, porém, a Constituinte está mais preocupada em definir quem é quem no Governo, o que vai gerar uma crise muito profunda no País — disse.

O Presidente da Fiesp afirmou ainda que a indústria não tem condições de antecipar o pagamento das URPs (Unidades de Referência de Preços).

— As empresas estão muito apertadas, sem dinheiro. Nossa sugestão é que, se a inflação for acima do que o Governo espera, teremos de realinhar os salários — disse.

'Moderados' estão unidos e mostram força da maioria

BRASÍLIA — Os "moderados" chegaram unidos à Comissão de Sistematização e reafirmaram sua condição majoritária. Os "progressistas" também assumiram posição de bloco, reunindo o PT, PDT e PC do B, além do "Movimento Unidade Progressista" (MUP), do PMDB. O PCB, na primeira votação da sessão — quando foi rejeitada a preferência para o primeiro substitutivo do Relator Bernardo Cabral —, votou com os "moderados".

Nesta composição dos grupos que vão trabalhar em bloco na Comissão, os "moderados" confirmaram formar a maioria, o que já anunciavam há dias. Animada, a Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) comentava:

— Este é o nosso grupo, a extensão do "Grupo dos 32". Em determinados tempos vamos conseguir até dois terços dos votos.

O Deputado Arnaldo Prieto (PFL-RS) também estava otimista. Seu partido votou fechado. E passou a articular, junto com Sandra e outro "moderado", o Deputado Konder Reis (PDS-SC), um esquema de preferência para votação do primeiro substitutivo e para os destaques apresentados pelo grupo.

A estratégia do "grupo moderado" foi definida em reunião ontem de manhã na Fundação Getúlio Vargas. Para evitar qualquer problema de interpretação regimental, o grupo optou por rejeitar, a princípio, o segundo substitutivo do Relator, que, por decisão das lideranças da Constituinte, tem preferência sobre os demais anteprojeto.

— Esta foi uma estratégia montada pelo PMDB desde a fase de elaboração do Regimento — disse Sandra. — Na época, o partido acreditava



Sandra Cavalcanti: otimista

que o Relator seria Fernando Henrique Cardoso e cercou o cargo de todas as prerrogativas. A decisão das lideranças, na semana passada, também objetivou garantir o texto do segundo substitutivo ao decidir pela sua preferência. Ou seja, quem quiser mexer no último anteprojeto terá que reunir os 47 votos. Como em decisões no futebol, o texto de Cabral já entra em campo com 46 votos de vantagem.

Um outro grupo também está ansioso para medir forças. E, neste caso, o principal objetivo é garantir a votação conjunta do sistema de governo e do mandato presidencial. São os constituintes ligados ao Presidente José Sarney, à frente o Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). Ele já quis, na primeira reunião, provocar uma decisão de plenário favorável ao Governo. Além de testar o poder de fogo dos "governistas", Sant'Anna quer identificar os peemedebistas que não apoiam o Planalto.

PROTEGIDA POR DEUS

Comissão admite o povo participando

Esta é a íntegra do preâmbulo aprovado ontem pela Comissão de Sistematização:

"Os representantes do povo brasileiro, reunidos, sob a proteção de Deus, em Assembleia Nacional Constituinte, afirmam seu propósito de constituir uma grande Nação baseada na liberdade, na fraternidade, na igualdade, sem distinção de raça, cor, procedência, religião ou qualquer outra, certos de que a grandeza da pátria está na saúde e felicidade do povo, na sua cultura, e na observância dos direitos fundamentais da pessoa humana, na proteção especial à criança e ao adolescente, na equitativa distribuição dos bens materiais e culturais. Afirmam, também, que esse propósito só pode ser obtido com o modo democrático de convivência e de organização estatal, com repulsa a toda forma autoritária de governo e a toda exclusão do povo do processo político, econômico e social. Os poderes inerentes à soberania são exercidos por representantes eleitos, ou por mecanismos de participação popular direta."

Unificação de áreas jurídicas gera protesto

BRASÍLIA — A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, órgão do qual os bancos credores exigem parecer em todo e qualquer contrato para rolagem da dívida externa, e responsável pela recuperação, no primeiro semestre, de CZ\$ 2,4 bilhões de débitos que já estavam inscritos na dívida ativa da União, deverá desaparecer no próximo ano. Ela é alvo do substitutivo preparado pelo Relator Bernardo Cabral.

O fim da Procuradoria se dará com a criação da Procuradoria Geral da União, que irá unificar todos os órgãos existentes hoje na estrutura do Executivo que tratam da área jurídica. A nova Procuradoria, subordinada ao Executivo, terá uma importância bem maior do que a dada ao atual Ministério Público.

Inconformado com o fim do órgão que dirige, o Procurador Geral da Fazenda Nacional, Cid Heráclito Queiroz, disse ter estranhado a mudança, que coincide com o início da fase de negociação do Governo com os bancos credores internacionais.

— Como é que um órgão, prestes a ser extinto, poderá dar parecer em qualquer acordo que o Governo brasileiro firme com os bancos? — indaga o Procurador.

A notícia chega no momento em que, segundo Cid Heráclito, a Procuradoria tem conseguido recortes na recuperação da dívida ativa, reduzindo em um terço, no primeiro semestre deste ano, o número de devedores da União.

Outro ponto criticado pelo Procurador é o fato de envolver a criação de um novo "trem da alegria", pois o deslocamento de todas as áreas jurídicas do Executivo para a nova Procuradoria irá equiparar salários de mais de quatro mil funcionários.